

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012

A VILA DE LAGARTO (1790-1850): ECONOMIA E POPULAÇÃO ESCRAVA

Bruno Oliveira Santosⁱ

Eixo 19 (Pesquisa fora do contexto educacional).

Resumo:

O escopo do nosso trabalho vislumbrou analisar a economia desenvolvida na Vila de Lagarto entre 1790 a 1850, bem como, discorrer sobre o perfil da população escrava dessa região. As coletas documentais foram realizadas na secretaria da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (Lagarto/SE). Os documentos utilizados foram os registros eclesiásticos: Livros de Casamento e Batismo. Foram realizadas leituras correlatas ao tema com o intuito de confrontar com os dados encontrados em nossas análises. Por meio desta pesquisa, foi possível realizar não apenas uma descrição da economia lagartense na primeira metade do século XIX, mas também, delinear a origem e o perfil da população cativa. Em suma, acredita-se que o presente trabalho corrobora de maneira significativa para ampliação das fomentações referentes ao escravismo em Sergipe.

Palavras chaves: Economia. População. Escravos.

Abstract:

The scope of our work to analyze the developed economy envisioned in the village of Lagarto from 1790 to 1850, as well as discuss the profile of the slave population of this region. Data collections were taken at the Nossa Senhora da Piedade Parish (Lagarto / SE). The documents used were the ecclesiastical records: Books of Marriage and Baptism. In addition, readings related to the subject were done in order to confront with the data found in our analysis. Through this survey, it was possible not only a description of the economy lagartense in the first half of the nineteenth century, but also to delineate the origin and profile of the captive population. In short, it is believed that this work confirms significantly to fomentations for the expansion of slavery in Sergipe.

Keywords: Economics. Population. Slaves.

**ASPECTOS GERAIS DAS ECONOMIAS: BRASILEIRA E SERGIPANA
OITOCENTISTA**

De acordo com a Historiografia Clássica, a economia brasileira pautava-se em três princípios básicos: grande propriedade, trabalho escravo e monocultura, desde sua colonização até meados do século XIX. A não utilização de mão-de-obra assalariada trouxe ao Brasil a caracterização de um mercado interno fragilizado, sendo ainda mais necessário o trabalho escravo para desenvolver uma economia exportadora que suprisse a ausência de um mercado interno forte. A Europa era uma das grandes consumidoras de produtos exportados pelo Brasil, destacando-se, em princípio, o pau-brasil, com sua madeira tintorial, seguido do açúcar de grande importância comercial, desenvolvendo a implantação da agricultura canavieira no paísⁱⁱ. Cabe ressaltar que a agricultura de exportação fornecia excedentes para suas economias, mas também estavam subordinadas às flutuações dos mercados internacionais, o que gerava uma nítida dependência da metrópoleⁱⁱⁱ.

O uso da mão-de-obra escrava desenvolveu na colônia o desenvolvimento do tráfico negreiro que contribuiu imensamente para a acumulação de capitais pela metrópole, visto que a força de trabalho era de baixo custo e reposição fácil, reduzindo os custos e potencializando os lucros, além de favorecer o enriquecimento de uma burguesia metropolitana^{iv}.

Com relação à economia sergipana, destacamos que seu desenvolvimento está inteiramente ligado a suas condições geográficas, conforme a geomorfologia, climatologia, hidrografia e geobotânica^v. Segundo Nunes, muitos autores evidenciavam as condições dos pastos sergipanos, que eram de boa qualidade e faziam nele se desenvolver o gado, que abastecia os engenhos da Bahia e de Pernambuco. As utilidades do gado para a economia eram diversas, pois: “era imprescindível, quer na força motora das moendas, no transporte das canas para o engenho e do açúcar para os portos de embarque, quer para a alimentação das populações em contínuo crescimento”^{vi}.

As terras da província de Sergipe foram doadas na forma de sesmarias, para que nestas propriedades pudesse ser desenvolvida a criação de gado e algumas culturas de subsistência, que algumas das vezes eram exercidas por aventureiros atraídos pelos sesmeiros. As criações fizeram com que algumas povoações se destacassem na província, como o exemplo de Laranjeiras, São Cristóvão que em virtude da expansão do gado traz marcas acentuadas à vida destes centros urbanos.^{vii} Cabe evidenciar que a região de Lagarto na primeira metade do século XIX compreendia os atuais municípios de Tobias Barreto, Simão Dias, Riachão do Dantas, Boquim, Poço Verde^{viii}. Além da criação do gado a Vila de Lagarto também cultivava mandioca como gênero de subsistência que teve grande importância para a economia sergipana, pois era fácil de ser plantada, adaptavam-se às variedades climáticas, sendo consumida amplamente pela população do Brasil- colônia^{ix}.

Na tentativa de evitar as monoculturas como forma de abastecimento da população, os canaviais também ocultavam espaço de cultura nas terras sergipanas, se expandindo rapidamente^x. Contudo, não se pôde impedir que a cana-de-açúcar se destacasse como monocultura, latifundiária e escravocrata, tendo sua consolidação desde o século XVIII até o século XIX^{xi}. Suas produções abasteciam a Bahia e também Pernambuco, chegando a constituir-se com essencial para as riquezas públicas e privadas, transformando Sergipe em um complexo mercantil escravista, posto que se beneficiou fortemente pela procura internacional, ampliando o mercado nacional, que não se destaca somente pela produção de açúcar, mas de mel utilizado como alimento para escravos e de aguardente, que servia como moeda de troca por escravos^{xii}.

As regiões favoráveis ao cultivo de cana-de-açúcar, formada por planícies, rios navegáveis e solo massapé, as regiões da Cotinguiba e Mata-Sul foram ficando repletas de engenho^{xiii}. Mesmo desta forma, não se pode negligenciar que alguns problemas foram enfrentados pela cultura canavieira, como a concorrência com localidades internacionais que dispunham de técnicas mais modernas, enquanto a situação da província era de falhos processos de modernização, ainda rudimentares e falta de capital – sendo que muitas das vezes os poucos que se tinham eram advindos da Bahia; carência de transportes mais modernos e eficientes, além da necessidade de melhorias nas navegações marítimas e fluvial; vulnerabilidade dos senhores de engenho às casas comerciais, que os fornecia capital, em virtude dos engenhos sergipanos serem pequenos, além da falta de estímulo ao empreendimento açucareiro^{xiv}. Contudo, a entrada de contingentes de escravos africanos se torna ainda mais intensa, evidenciando que os mesmos se tornaram uma população indispensável à produção dos derivados da cana-de-açúcar^{xv}.

Com o desenvolvimento da economia canavieira, o uso do trabalho escravo se fará de forma mais intensa e efetiva, de modo que sua dinâmica de plantio, limpeza, corte e moagem da cana é bem mais fatigante. Dessa forma, os primeiros escravos chegam ao Brasil por volta da segunda metade do século XVI, substituindo a força de trabalho indígena, estendendo-se até o fim da escravidão.^{xvi} A mão-de-obra escrava não se restringe à agricultura canavieira, mas se estende a praticamente todas as atividades econômicas^{xvii}. Podemos destacar outros produtos que contribuíram para que a colônia brasileira se tornasse parte integrante da economia europeia. Dentre elas, podemos citar o fumo, que deixa de ser produto local, consumido em grande parte pelos indígenas para conquistar o mercado europeu e se tornar peça de troca por escravos negros da África; algodão, cultivado “em terras do Cotinguiba, na região sanfranciscana, nas Vilas de Lagarto e de Itabaiana”^{xviii}, dispondo esta de condições

favoráveis, pois era “pouco exigente quanto ao clima e ao sol, de cultivo pouco dispendioso, a não ser na época da colheita dos frutos quanto necessita de mão-de-obra abundante”^{xxix}.

A ECONOMIA LAGARTENSE

A vila de Lagarto foi fundada em 1698.^{xx} Favorecida pela composição do solo, a vila destacou-se na pecuária e no cultivo de alimentos de subsistência, dentre eles podemos destacar o cultivo da mandioca, do feijão e do milho. Esses produtos visavam suprir o consumo interno da província.^{xxi}

Os grandes destaques econômicos da Vila de Lagarto, em fins do período colonial, foram a criação de gado e cultivo do fumo.^{xxii} O fumo era uma iguaria de relevante valor comercial, apesar de ser uma atividade de caráter secundário na economia sergipana. No entanto, esse produto era exportado não somente para o continente europeu, mas também, servia como moeda de troca por mão-de-obra escrava no continente africano. Um dos fatores que contribuíram para esse destaque na produção do fumo deve-se ao fato da região ser possuidora de um grande quantitativo de gado. Uma vez que o couro era indispensável para embalar o produto.

A região da Vila de Lagarto apresentava no início do século XIX uma economia bem diversificada, contando com um contingente razoável de escravos que se distribuíam nas mais variadas atividades econômicas. A farinha de mandioca, assim como os gêneros alimentícios citados anteriormente, servia para o consumo interno na vila, além de abastecer localidades próximas, vilas e até mesmo exportada para a Bahia^{xxiii}. A exportação para a Bahia é referendada por Almeida^{xxiv} ao abordar que Lagarto e Itabaiana, por volta do início do século XIX, se tornaram caminho para as passagens de Pernambuco a Bahia, com trilhas seculares que levaram a esta região intenso movimento. Tal movimentação resulta na ocupação da região Agreste, onde o cultivo da mandioca se destacava, já que servia para alimentação dos escravos presos e de toda população livre, sendo que seus excedentes abasteciam o mercado interno e regiões açucareiras da província.^{xxv}

Partindo do princípio de que “Lagarto responde a vocação pecuária do interior”^{xxvi} a vila se destaca na criação de gado, que chega até mercados como a Bahia e Pernambuco, já que estava entre tais províncias, o que atraía a especulação de comerciantes e o desenvolvimento de seus centros urbanos, atingindo até mesmo suas aldeias. O gado foi de

grande importância para a economia lagartense - a maior criadora de gado da província, com as maiores propriedades produtoras - e participante na formação de algumas áreas a ela agregadas, como é o caso de Campos, Simão Dias e Riachão. O período mais intenso para a criação do gado *vacum* e cavalar se concentrou na primeira metade do século XIX, servindo este para alimentação dos habitantes da vila e da província; para fazer solas, revestir cordas de fumo; como força motriz dos engenhos sergipanos, baianos e pernambucanos.^{xxvii}

No tocante à utilização do couro para revestir cordas de fumo, cabe evidenciar que Lagarto também era dedicada ao cultivo de fumo, sendo que era o principal centro produtor da província desenvolvido em pequenas propriedades. O algodão também fazia parte do cenário agrícola lagartense, este cultivado em Simão Dias e Campos, servindo para fabricação de tecidos, estes muito rústicos e grosseiros, sendo utilizado para vestir a população pobre de escravos.^{xxviii}

Ressaltamos que a Vila de Lagarto também possuía engenhos, mas de pouca expressividade, chegando eles a um número de cinco engenhos no início do século XIX, contando com grande parte de mão-de-obra escrava. Portanto, percebemos que a economia lagartense, assim como a da província, se constituía por uma grande diversidade na prática de atividades econômicas, mas com grande dependência do abastecimento de gêneros agrícolas.^{xxix}

No início do século XIX dois acontecimentos mudaram o decorrer da dinâmica econômica brasileira, sendo eles a abolição do tráfico negreiro pelo parlamento inglês o qual somava esforços para que as demais nações adotassem esta medida e a vinda da Família Real para o Brasil, “iniciando o seu processo emancipatório”^{xxx}. Entretanto, as suas estruturas escravistas não se alteraram, perdurando até o final do século XIX, ressaltando que as políticas abolicionistas no Brasil só se afirmam quando a base econômica do sistema anterior sofre falência^{xxxi}.

O fim do tráfico negreiro possibilitou a retenção de capitais na colônia, visto que os comerciantes passaram a estabelecer contatos diretos com os fornecedores africanos, o que desenvolveu vantajosas relações de troca de mercadorias, destacando não somente de açúcar, mas também da cachaça brasileira. Contudo, os lucros para os senhores de engenho foram muitos, inclusive produzindo excedente colonial que se revertia em capital a ser investido em novas forças produtivas.^{xxxii}

Ao abordar a questão de força de trabalho, Almeida^{xxxiii} relata a questão escrava, na qual destacamos questões que fazem menção ao que fora proposto por este estudo. Um dos fatores apontados por alguns autores como preponderante para a não constituição de famílias

escravos era o de que muitos escravos eram vendidos por seus senhores para saldar dívidas. Desta forma enfatiza a autora que:

“O volume de vendas de escravos nordestinos não foi suficiente para modificar o quadro econômico regional. Os senhores de escravos venderam dois ou pouco mais deles e com tais recursos apenas atenderam a pequenas necessidades monetárias ou saldaram dívidas, compraram terras e herdeiros ou cobriram pequenos negócios, fizeram algumas experiências agrícolas (o capital inicial da expansão algodoeira, quem sabe?) ou, talvez, tenham adquirido pequenos maquinários para montagem em engenhos.”^{xxxiv}

Entretanto, Almeida confirma através de seus estudos e pesquisas o desenvolvimento de laços familiares, uma vez que:

“... por constatar certo equilíbrio de números de homens e mulheres escravos, é justo supor que, nos engenhos, houve condições de desenvolver a vida familiar normal. Essa normalidade manifesta-se na presença significativa de crianças e na indicação de que os pais viviam próximos, formando famílias completas. No decorrer do século, a composição familiar nem sempre vem explicitada nos inventários, embora se torne claramente perceptível pela distribuição etária e pela relação das mulheres e da população infantil crioula.”^{xxxv}

Além destas constatações, é citado também o interesse dos senhores em estimular as uniões tendo em vista meros interesses reprodutivos, contando também incentivos oficiais que mesmo não através da composição de uma família regular, mas que pelo menos houvesse reprodução pura e simples.^{xxxvi}

PERFIL DA POPULAÇÃO ESCRAVA

Sobre a mão-de-obra escrava empregada na Vida de Lagarto, buscar-se-á traçar as principais características no tocante à procedência, cor e a distribuição sexual desses negros.

Analisando os registros de casamento e batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, percebemos que era possível confrontar as informações extraídas desses registros com os dados apresentados nas obras de Stuart Schwartz, Thétis Nunes e Luiz Mott, as quais retratam Sergipe no mesmo marco temporal. Entretanto, também utilizaremos em nossos comparativos textos de Mary Karash, para termos uma ideia do escravismo no Brasil e podermos compará-lo ao modelo compreendido em Sergipe.

Segundo KARASH, grande parte da mão-de-obra escrava do Rio de Janeiro era proveniente do continente africano^{xxxvii}.

Tabela 1

Porcentagens comparativas de escravos africanos e brasileiros na cidade do Rio de Janeiro 1833-1849			
Nacionalidade	1833	1838	1849
Africana	50,0	50,8	63,5
Brasileira	25,2	26,7	26,3
Desconhecidos	24,8	22,5	10,2

Fonte: KARASH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 42.

Os dados da tabela 1 ilustram um desequilíbrio entre a procedência das populações escravas no Brasil, pois, em consonância com os dados de KARASH coletados no Rio de Janeiro, encontramos na Bahia segundo SCHWARTZ “um quantitativo de escravos oriundos do continente africano superior aos dos escravos brasileiros.” E esse, foi o principal ponto divergente observado em nossas análises, pois, na Vila de Lagarto, esses números eram opostos, encontramos nos documentos analisados um quantitativo de cativos brasileiros superior aos provenientes da África. Em linhas gerais, constatamos que 78% da mão-de-obra escrava lagartense era composta por escravos nascidos no Brasil, ao passo que a representação africana detinha-se em 28% dos cativos.

Para MOTT, um fator determinante para essa diferença encontrava-se no baixo poder aquisitivo dos senhores de engenho sergipanos, o que os impossibilitavam de substituir sua mão-de-obra escrava com a mesma intensidade que os senhores de engenho dos grandes centros da colônia.^{xxxviii} Essa é uma das grandes razões para que em Sergipe as taxas de natalidades entre as populações escravas tivessem sido mais acentuadas que em província como a do Rio de Janeiro e Bahia.

Tabela 2

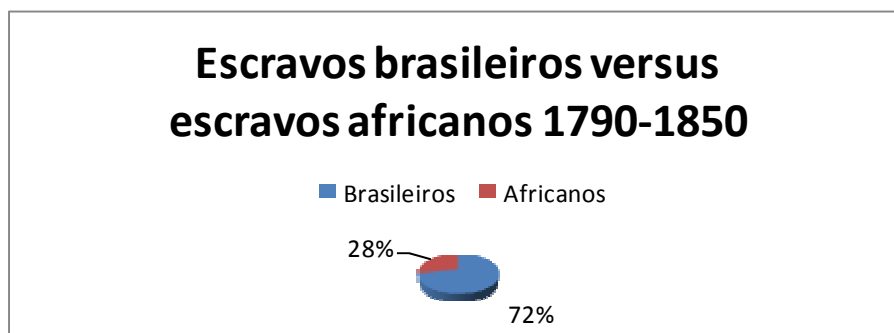
Divisão da População de Sergipe 1825-1830
--

Nacionalidades	%
Africanos	35,35
Brasileiros	44,24

Fonte: MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: FUNDESC, 1986. p. 22.

Os dados constantes na tabela 2 foram extraídos de um dos textos de MOTT e como podemos observar grande parte da mão-de-obra escrava sergipana era formada por escravos nascidos no Brasil. E ao analisarmos os registros de casamento da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, encontramos percentuais parecidos sobre os escravos que viviam na Vila de Lagarto^{xxxix}, como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1

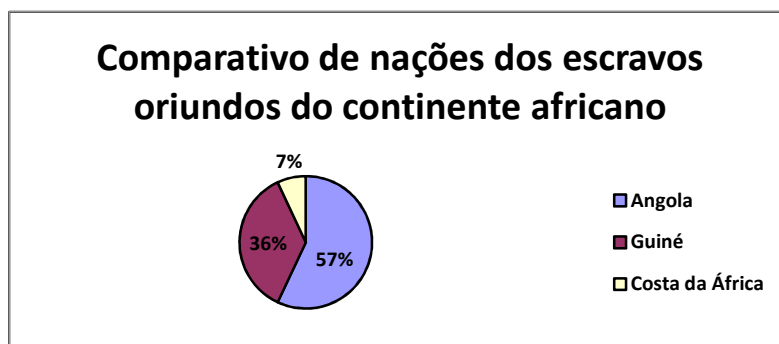


Fonte: Livros de casamento de números 2, 3 e 4 da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, em Lagarto (1790-1850).

Dessa forma, baseando-nos nos dados de Mott e nos dados extraídos dos livros de casamento da paróquia de Nossa Senhora da Piedade, concluímos que em Sergipe, diferentemente das Províncias do Rio de Janeiro e da Bahia, tinha como principal característica a grande maioria de seus escravos nascidos no Brasil.

No tocante à procedência dos africanos que chegaram a Sergipe nos tempos coloniais. Os relatos que mais se aproximaram do nosso foram os de João Ribeiro e Sílvia Romero,^{xl} que afirmaram que grande parte desses cativos eram oriundos da Guiné e Angola. Como pode ser observado abaixo:

Gráfico 2

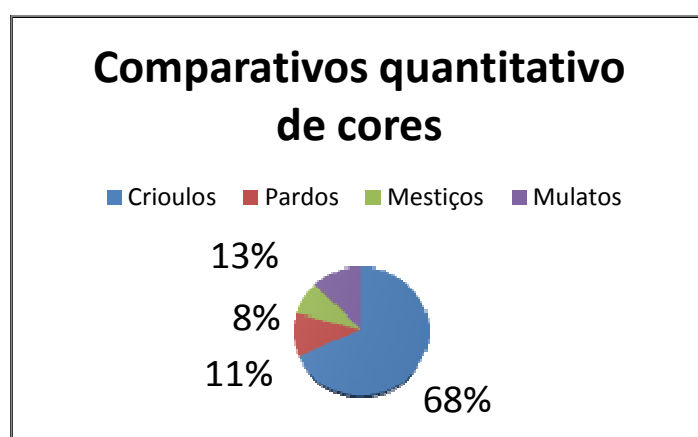


Fonte: Livros de casamento de números 2, 3 e 4 da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, em Lagarto (1790-1850).

Analisando o gráfico, percebe-se que na Vila de Lagarto, 57% dos escravos africanos eram oriundos de Angola, ao passo que a segunda maior representação ficou com os cativos provenientes da Guiné e apenas 7% eram da Costa da África. Essa supremacia dos escravos oriundos de Angola também foi notada por SANTOS, MACIEL E SANTOS,^{xli} ao afirmar que dentre as etnias ou nações que se sobressaíram como fornecedoras de mão-de-obra, ocorreu à predominância principalmente da região de Angola.

Segundo KARASH, no século XIX as principais divisões dos escravos estavam baseadas no lugar de nascimento (Brasil ou África), porém, entre os brasileiros existiam várias nomenclaturas e dentre elas as principais eram: crioulos (negros nascidos no Brasil), pardos (mistura de branco com negro) e cabras (outras misturas/ mestiços). Ainda segundo a autora, pardo e mulato era usado para distinguir a mesma pessoa, entretanto, o termo mulato era usado como insulto ou para insultar.^{xlii} Baseando-se nessas informações, elaboramos um gráfico a fim de compará-los quantitativamente^{xliii}.

Gráfico 3



Fonte: Livros de casamento de números 2, 3 e 4 da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, em Lagarto (1790-1850).

Baseando-se nos dados encontrados, concluimos que entre os escravos brasileiros existentes na Vila de Lagarto, havia uma predominância de crioulos em relação aos pardos, mulatos e mestiços. Isto é, a grande massa da população escrava era formada por filhos de africanos nascidos no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAS

O presente trabalho procurou delinear as peculiaridades existentes na economia e no perfil da população escrava da Vila de Lagarto, no período correspondido entre 1790 e 1850. Sendo assim, buscou-se analisar questões relativas às principais atividades econômicas, origens dos escravos, gênero e quantitativos dessa população.

No decorrer do trabalho buscamos estabelecer similitudes e divergências com outras pesquisas relacionadas à mesma temática em outras regiões. No entanto, sempre nos atentando para as peculiaridades locais, pois sabemos que a economia da citada Vila, baseava-se na pecuária e em pequenas lavouras que cultivavam gêneros alimentícios de subsistência para abastecimento interno. Sendo assim, o quantitativo de mão-de-obra empregado nessas atividades era relativamente menor que nas regiões analisadas por autores como KARASH e SCHWARTZ.

Em Lagarto, assim como em Sergipe, ocorreu à predominância de escravos crioulos, ou seja, filhos de africanos nascidos no Brasil, diferente do que se constatou nos grandes centros da colônia como Bahia e Rio de Janeiro que eram importantes postos de captação de escravos oriundos do continente africano. Esse fato se deve segundo MOTT, ao tipo de ramo econômico desenvolvido nessa província (abastecimento interno). Dessa forma, os senhores de engenhos sergipanos não dispunham de capitais suficientes para uma renovação constante da mão-de-obra escrava, como ocorriam, por exemplo, no recôncavo baiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**. Petrópolis, Vozes, 1988.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana. **Nordeste Açucareiro**: desafio num processo do vir a ser capitalista. Aracaju: UFS; Secretaria de Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

_____. **Fundamentos de uma Economia Dependente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

BEZERRA, Felte. **Etnias sergipanas**: contribuição ao seu estudo. Aracaju: J. Andrade, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; BRIGNOLI, Hector Perez. História demográfica. IN: **Os métodos da história**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2002.

COSTA, Iraci Del Nero da. **Registros paroquiais**: as notas sobre assentos de batismos, casamentos e óbitos. Disponível no site: http://historia_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar50.pdf

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. IN: **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. (Org.) de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **As cartas de alforria e a religiosidade – Sergipe 1780-1850**. São Cristóvão, 1998. Dissertação.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. São Paulo, Ática, 1978.

KARASH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MALHEIROS, Perdigão. **A escravidão no Brasil**. São Paulo, Cultura, 1944.

MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: FUNDESC, 1986.

_____. **As alternativas eróticas dos africanos e seus descendentes no Brasil escravista**. LPH: Revista de História, v. 3, n. 1 (1992).

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

_____. **Sergipe Colonial II**. São Cristóvão: Editora UFS, 1992.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão Negra em Debate**. IN: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

REIS, Isabel Cristina Ferreira. **História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos baianos, 2001, nº149.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SANTOS, Carlos J. A.; MACIEL, Carlos R. S.; SANTOS, Ronaldo P. **Araia-miúda: uma análise sobre a propriedade escrava e da população cativa em Lagarto-SE. (1800-1850)**. Estância, 2007. Monografia.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. **De senhores de engenho a lavradores de mandioca: um estudo sobre a propriedade escrava (Agreste-Sertão de Lagarto 1850-1888)**. São Cristóvão, 2001. Monografia.

_____. **Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Salvador, 2004. Dissertação.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. São Paulo: EDUSC, 2001.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **A contribuição da demografia histórica para a história da população e da família no Brasil**. Disponível em meio eletrônico: http://www.adeh.org/pdfs/B_1998_XVI_1_12.pdf.

SILVA, Sheyla Farias. **Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância Oitocentista (1820-1888)**. Salvador, 2005. Dissertação.

SOUZA, Marcos Antônio de. **Memória sobre a capitania de Serzipe: sua fundação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz**. Aracaju: Jornal do Commercio, 1808.

THOMPSON, Edward P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VAIFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**. Petrópolis, Vozes, 1986.

ⁱ Especialista em Arte Educação pela Faculdade São Luís de França, Graduado em História pela Universidade Tiradentes, Professor da Rede Particular de Ensino e Membro do GPECS - UNIT. brunnolliver@hotmail.com

ⁱⁱ SANTOS, Carlos José Andrade; MACIEL, Carlos Roberto Santos; SANTOS, Ronaldo Pinheiro dos. **Arraia-miúda: uma análise sobre a propriedade escrava e da população cativa em Lagarto-Sergipe (1800-1850)**. Estância, 2007. Monografia. p. 10.

ⁱⁱⁱ SILVA, Sheyla Farias. **Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância Oitocentista (1820-1888)**. Salvador, 2005. Dissertação, p. 26.

^{iv} Idem. p. 26

^v NUNES, Maria Thetis Nunes. As primeiras atividades econômicas. O pau-brasil. O gado. IN: **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 93.

^{vi} Idem, p. 96.

^{vii} Idem, p. 97-105.

^{viii} Conforme consta em SANTOS, 2007, op. cit. p. 9.

^{ix} NUNES, Maria Thetis Nunes. As culturas de subsistência em Sergipe - A farinha de mandioca. IN: **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 113-119.

^x Idem, p. 121-122.

^{xi} NUNES, Maria Thetis Nunes As culturas de exportação, o fumo, a cana-de-açúcar, o algodão, o comércio colonial. IN: **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p.133.

^{xii} MAGALHÃES SANTOS, Op. cit. p. 19-20.

^{xiii} Idem, p. 20.

^{xiv} Idem, p.139.

^{xv} MAGALHÃES SANTOS, Op. cit. p. 21.

^{xvi} SANTOS, 2007, Op. Cit. p. 15.

^{xvii} SANTOS, 2004, Op. Cit. p. 25.

^{xviii} NUNES, 1989, Op. Cit. p. 142.

^{xix} Idem p. 143.

^{xx} SOUZA, Marcos Antônio de. Sobre a Vila de Lagarto. IN: **Memória sobre a Capitania de Sergipe: ano de 1808**. Aracaju, 2005. p. 53.

^{xxi} NUNES, Maria Thétis. As culturas de subsistência em Sergipe – a farinha de mandioca. IN: **Sergipe colonial I**. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. p. 135.

^{xxii} Idem. p. 150-152.

^{xxiii} SANTOS, 2007, Op. Cit. pp. 11, 26.

^{xxiv} ALMEIDA, Maria da Glória. **Fundamentos de uma Economia Dependente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p. 216.

^{xxv} SANTOS, 2007, Op. Cit. p. 29.

^{xxvi} ALMEIDA, 1984, Op. Cit. p. 217.

^{xxvii} SANTOS, 2007, Op. Cit. pp. 27-28.

^{xxviii} Idem, p.30.

^{xxix} Idem, p. 31.

^{xxx} SILVA, 2005. Op. Cit. p. 35.

^{xxxi} SANTOS, 2007, Op. Cit. p. 21.

^{xxxii} SILVA, 2005. Op. Cit. pp. 30-31.

^{xxxiii} ALMEIDA, Maria da Glória Santana. **Nordeste Açucareiro: desafio num processo do vir a ser capitalista**. Aracaju: UFS; Secretaria de Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

^{xxxiv} Idem, pp. 179-180.

^{xxxv} Idem, pp. 193-194.

^{xxxvi} Idem, p. 195.

^{xxxvii} KARASH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 42.

^{xxxviii} MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: FUNDESC, 1986. P 22.

^{xxxix} Livros de casamentos de números 2, 3 e 4 da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, em Lagarto 1790-1850.

^{xl} NUNES, Maria Thetis. A presença do negro na formação étnica sergipana. IN: **Sergipe Colonial I**. São Cristovão: Editora UFS, 2006. p. 197.

^{xli} SANTOS, Carlos José Andrade; MACIEL, Carlos Roberto Santos; SANTOS, Ronaldo Pinheiro dos. **Arraia-miúda**: uma análise sobre a propriedade escrava e da população cativa em Lagarto-Sergipe (1800-1850). Estância, 2007. Monografia. p. 16.

^{xlii} KARASH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 39.

^{xliii} Livros de casamentos de números 2, 3 e 4 da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, em Lagarto 1790-1850.